



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 4/2012

SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2012

----- Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano dois mil e doze, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Moraes. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Nuno Leal Santos da Veiga Malta e Carlos Alberto Nazaré Almeida. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Senhores Deputados Rui Miguel Costa e Silva e João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arruda dos Pisões Norberto Peralta Marques, procedendo-se às respectivas substituições. -----

----- Pelas dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 3/2011 referente à Sessão de Ordinária de 28 abril de 2012. -----

----- Aprovada a ata n.º 3/2011 por maioria dos presentes dos presentes com 4 abstenções. -----

----- CORRESPONDÊNCIA -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal -----

----- O Presidente da Assembleia deu em seguida conhecimento que a pedido de um dos grupos municipais a sessão foi marcada para após as dezoito horas e que nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

termos da alínea a) do n.º2 do artigo 41º regimento da Assembleia Municipal a intervenção do público será imediatamente seguida ao período de antes da ordem do dia. -----

----- Informou também que deram entrada na Mesa dois votos de pesar, um voto de louvor e duas moções, uma subscrita pelo grupo municipal do PS e outra pela CDU, que irão ser lidos pela Mesa. -----

----- Pelo Primeiro Secretário foram lidos os votos e as moções apresentadas (anexo 3). -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este ponto. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputado Jacinto Madeira Correia -----

----- Deputada Maria Júlia Marques Franco Mira -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Malaqueijo -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Assentiz -----

----- Deputada Anabela Costa Azenha -----

----- Deputado Vítor António Duarte Santos -----

----- Deputado António Manuel da Silva Moreira -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Deputado Jacinto Madeira Correia** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Questionou qual o ponto de situação em relação às obras do mercado municipal dado existirem ainda andaimes por desmontar e se já existe regulamento eficaz e adaptado à nova realidade. -----

----- **Deputada Maria Júlia Marques Franco Mira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para questionar acerca do paradigma da publicidade dos eventos de verão, diga-se festas, romarias, provas de motocross, etc., com a colocação de bandeirolas de plástico em diversos locais, referindo que consultando o site da Câmara Municipal se verifica existir um regulamento de publicidade que se aplica a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

este tipo de publicidade como também aos cartazes de colagem aleatória que se veem por todo o lado. -----

----- Questionou, por isso, o estado vergonhoso das estradas com a existência desse tipo de publicidade colocada por todo o lado e considerou que é uma falta de civismo a forma como esta tem vindo a ser feita, solicitando esclarecimento à Câmara Municipal do que se pretende fazer acerca desta situação tendo em atenção o regulamento e a necessidade de responsabilizar as pessoas pela remoção deste tipo de publicidade ou pelo menos que aquando da colocação da mesma a já existente seja retirada e recolhida. -----

----- Salientou ainda que há cerca de três anos foram promovidas ações como o “Limpar Portugal” e que neste ano não teve já tanta aderência, por se verificar que no final apenas importa que a “frente da porta” esteja limpa sem haver a preocupação na globalidade deste tipo de ações. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Malaqueijo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou referindo-se ao encerramento de algumas escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância do concelho de Rio Maior, designadamente a escola da Freguesia de Malaqueijo, que sendo uma aldeia pequena com cerca de 50 crianças deixa alguma mágoa ver que o contato e proximidade existente entre estas e a restante população vai deixar de existir. -----

----- Referiu ainda que de contactos que teve com alguns técnicos da área da educação nunca foi por aqueles dito que seria uma mais-valia para as crianças a sua concentração num parque escolar e que o que existia é o imperativo da redução de despesa, originando até o despedimento de alguns técnicos e funcionários das escolas. -----

----- No que se refere à reorganização administrativa do território informou que faz parte do movimento “No Ribatejo Freguesia Sim”, conjuntamente com os colegas presidentes de junta do concelho, e também de uma plataforma nacional contra a extinção de freguesias, afirmando que essa experiência lhe tem dado o conhecimento prático em relação à situação das freguesias nas mais variadas zonas do país e que a existência das mesmas faz todo o sentido, questionando se de facto quem propôs a redução e extinção de freguesias tem a real noção da importância das mesmas em determinados lugares. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se apresentar de luto por duas principais razões: a primeira pela perda do tesoureiro da Junta de Freguesia de Asseiceira, seu companheiro desde o primeiro momento, um homem de grande honestidade, um amigo e de uma enorme competência no trabalho e na vida. -----

----- Disse depois que a segunda razão para o seu luto se deve ao estado do poder local, já que considerou que a política deste Governo tem vindo a asfixiar de tal forma o poder local que este terá definitivamente morte certa e lenta. Salientou que as imposições feitas às autarquias locais levarão à impossibilidade da sua gestão, enquanto continuamos a assistir a um esbanjamento em reformas de cargos políticos, nos conselhos de gerência de empresas públicas, nas PPP's, nos bancos BPP e BPN, etc., retirando às populações e impedindo o exercício do poder autárquico. -----

----- Considerou que o problema político surge no facto de autarquia querer dizer autónomo e o que este poder central tem receio é que as autarquias lhe fujam ao controlo, concentrando o poder como já aconteceu anteriormente por diversas vezes. Relevou o facto de há já uns anos se ter iniciado, por imposição, o encerramento dos serviços nas autarquias, como de escolas, extensões de saúde, postos de correio, serviços de proximidade, tribunais, etc., assistindo-se assim à desertificação de tudo o que não é litoral por falta de capacidade de atratividade. -----

----- Salientou que forma meramente economicista como se encara a gestão não irá resultar, como já falhou anteriormente, porque as pessoas não são números são seres humanos e as localidades têm dinâmicas sociais vivas. Alertou que é necessária a mudança desta política e que é necessário que as populações se manifestem porque se trata de uma questão de justiça. -----

----- Entregou ainda por escrito ao Presidente da Mesa, em nome da freguesia de Asseiceira, as perguntas a colocar ao executivo municipal de forma a facilitar as respostas, o que passará a fazer sempre. -----

----- Referiu que estas questões não eram acerca dos protocolos de delegação de competências, porque tinha sido realizada uma reunião com a Presidente da Câmara e ficou esclarecido que embora este não exista ainda para 2012, vai haver, defendendo que já deveria haver, ressaltando ainda que foi igualmente informado na reunião que as freguesias que estão ainda por receber valores de 2011 irão receber



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

até ao final do mês de julho. Fez notar as dificuldades que têm sido sentidas na gestão das juntas, iguais ou maiores que na Câmara Municipal, já que em dois anos perderam mais de 25% da capacidade financeira, aumentando as despesas. -----

----- Por fim referiu que as questões colocadas no requerimento entregue têm que ver com a colocação de água potável em alguns locais da freguesia, a resolução em definitivo da questão dos maus cheiros na EN 1, a colocação da sinalização vertical e horizontal e ainda sobre a questão da sala polivalente no complexo escolar de Asseiceira. -----

----- Terminou pedindo um esclarecimento em nome da Coligação Democrática Unitária ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 20º do regimento, por escrito e em definitivo, qual é o índice de construção efetivo que se verifica no edifício da chamada loja do cidadão, 2ª geração. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Esclareceu o Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira que a partir do momento em que são colocadas as questões à Mesa estas serão endossadas ao Município e este responderá por escrito. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Assentiz** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Dirigindo-se à Assembleia em nome da freguesia de Assentiz e dos encarregados de educação e da população em geral, demonstrou o desagrado quanto ao encerramento da escola de 1º ciclo e jardim-de-infância este ano, já que se trata de uma escola que é reconhecido publicamente que funciona bem e que tem condições e que tem alunos para duas turmas de 1º ciclo e uma turma de jardim-de-infância. -----

----- No que se refere à reorganização administrativa e à Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, informou que a Freguesia de Assentiz pertence à plataforma nacional contra a extinção de freguesias e fazem-no porque rejeitam esta lei e consideram que esta não defende a vontade das populações. Referiu ainda que na sua execução esta não é acompanhada pela lei das finanças locais, pela lei das competências das freguesias e ainda porque não concretiza os devidos meios financeiros aplicáveis. Afirmou que na freguesia de Assentiz será sempre contra esta lei porque é contra a vontade. -----

----- **Deputada Anabela Costa Azenha** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Referente às bolsas de estudo, que no ano letivo de 2010/2011 não foram atribuídas, questionou acerca do processo da atribuição no ano letivo de 2011/2012 e se as bolsas já foram pagas. -----

----- Questionou também acerca da situação do provedor do munícipe, uma figura criada pelo anterior executivo do PS e que ajudou a estreitar e a agilizar as relações entre os munícipes e a Câmara Municipal, e que apesar de não ser uma figura obrigatória foi acolhida por este executivo. Referiu que a Câmara Municipal, por voto secreto, em 2011 procedeu à nomeação do provedor do munícipe e solicitou esclarecimento porque é que essa deliberação da Câmara Municipal ainda não veio à Assembleia Municipal, visto que é uma das competências da Presidente da Câmara. --

----- **Deputado Vítor António Duarte Santos** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio na qualidade de membro eleito na Assembleia Municipal como representante no Conselho Consultivo de Saúde e disse que aproveitando a moção apresentada pela CDU expôs alguns considerandos sobre o tema “Saúde”. -----

----- Disse estar de acordo com o conteúdo da moção apresentada e entende que os cuidados primários de saúde são vocacionados na prevenção e para o grande público em geral. Lamentou que se faça confusão entre serviço e sistema e afirmou que cada vez mais o caminho escolhido para a saúde é um sistema e não um serviço. -----

----- Disse também que desconhece porque é que os nossos governantes têm alguma coisa contra os centros de saúde ou os cuidados primários de saúde e lamentou que o Governo incentive um sistema de saúde que não privilegia o fator humano e seja meramente economicista, fazendo valer apenas a parte económica em detrimento da prestação de cuidados, ou seja, o sistema que está para ser estabelecido é a prestação de serviços ao mais baixo preço sem olhar à qualidade. -----

----- Afirmou que ninguém integrado numa carreira consegue fazer serviços de saúde se não souber por onde caminha e exemplificou com o facto de quando iniciou a sua carreira clínica a esperança média de vida era de 67 anos e neste momento é de quase 80 anos revelando que, apesar de alguns defeitos, existe, até ao momento, uma elevada qualidade dos serviços de saúde e de prestação de serviços, devendo este tipo de serviço continuar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Alertou, como profissional, que dia 11 e 12 de julho os médicos vão fazer greve porque querem uma carreira, querem um sistema bem definido e não querem uma queixização é uma privatização sem olhar a meios. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Agradeceu ao presidente da Assembleia Municipal a alteração do dia e hora da sessão representativa da boa vivência democrática. -----

----- Iniciou por revelar honesta admiração pelos homens bons que, independentemente de qualquer cor política, dizem o que sentem, como aconteceu na anterior intervenção. -----

----- Disse ainda entender que os tempos que vivemos são muito difíceis, mas considerou que são muito mais difíceis pelas questões políticas e ideológicas que este Governo quer impor ao país e mais grave ainda que um governo europeu, não eleito, quer impor ao país. Disse ser importante que se perceba que nós estamos a ser subjugados pelo capital e que só olha à parte financeira e nada ao fator humano, e considerou que seja na saúde, na educação, nas freguesias ou no emprego este governo tomou posições que puseram este país com 60 anos de atraso. Afirmou estarmos agora pior de que com Marcelo Caetano e que se sente a preocupação das populações perante o desaparecimento de serviços e a forma como estes estão a ser impostos, salientando que infelizmente os tempos vão piorar e vamos viver tempos de contestação e de violência social se ninguém travar o desvario deste Governo. -----

----- Exemplificou com o facto de os funcionários públicos terem deixado de receber subsídio de férias, de os pensionistas terem sofrido cortes nas pensões, de se pagar mais 2% de IVA, do aumento do IRS extraordinário e que o défice é maior que no primeiro trimestre de 2011 (7,5%) quando Partido Socialista era Governo, salientando que o défice é agora de 7,9% e chamou à atenção que deve ser bem visto onde é que o país vai cair e aquilo que nos vai acontecer. -----

----- Por fim, em relação à questão da reorganização administrativa territorial, informou que recebeu com preocupação uma proposta do executivo da Junta de Freguesia de Rio Maior e propôs a realização de uma reunião de líderes de bancada para definir a posição que se irá tomar, seja a favor seja contra, e definir a posição do concelho em relação à lei do ordenamento do território. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Esclareceu que se não existir indicação em contrário terá efetivamente que ser marcada uma sessão extraordinária para cumprir o legalmente estipulado e que cada um dos membros da Assembleia Municipal votará em consciência como se espera. ---

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Intervenção que se transcreve na íntegra conforme previsto no n.º 2 do artigo 67º do regimento da Assembleia Municipal: -----

----- “ Exm.º (s) Senhores, honrando a minha palavra de comprometimento com esta Assembleia, na Assembleia de Abril, traz-se aqui o voto de Louvor à Escola Profissional de Rio Maior. -----

----- Este voto de Louvor, não é aqui trazido por mera lembrança, mas sim de reconhecimento pelo trabalho realizado por esta escola, e porque no meu entendimento é bem merecido pelos resultados obtidos e para importância que a mesma reveste para o nosso concelho. -----

----- Meus caros, Muito me repudia, espanta, e peço desculpa pela expressão, mas é capaz de ser a melhor atenta a minha perplexidade quando sinto que é necessário serem os de fora a elogiar o que de melhor temos no nosso concelho, quando deveríamos ser nós a fazê-lo e ao invés, oiço palavras menos simpáticas e menos elogiosas para com o trabalho que é feito no nosso concelho, nomeadamente e em particular para com a Escola Profissional de Rio Maior, e espante-se quando ouvimos dizer que a escola Profissional de Rio Maior não tem qualquer importância para o concelho de Rio Maior, para os que assim pensam, aqui vão alguns esclarecimentos adicionais: -----

----- A escola profissional possui actualmente 11 cursos. Tem actualmente 230 alunos dos quais 47% são de fora do nosso concelho. A Relação de proximidade entre todos os que compõe a escola (Alunos, professores, funcionários, Administração, corpos gerentes, permite que a escola seja apelidada pelos alunos como uma família. -----

----- E pasme-se, a escola Profissional de Rio Maior, consegue no ano de 2012 atingir taxas de empregabilidade superiores e de abandono escolar superiores ou iguais àquelas que a União Europeia através da Estratégia 2020 pretende que sejam atingidas até ao ano de 2020. -----

----- Assim pretende esta estratégia Europeia que a taxa de empregabilidade alcance os 80% quando a taxa actualmente atingida pela escola profissional de Rio Maior é de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

89%, a mesma estratégia prevê para 2020 uma taxa de abandono escolar de 10%, taxa esta já conseguida pela escola profissional de Rio Maior no presente ano. -----

----- Por esta escola já passaram 1698 alunos e já se fizeram 1788 estágios em 624 empresas ou entidades. -----

----- O ensino de excelência e a dinamização da escola vai ainda permitir que em Janeiro e Fevereiro próximos 20 alunos vão estagiar no estrangeiro (4 em Malta, 5 de Itália, 5 em Valência, 6 na Alemanha) estágios curriculares ao abrigo do projecto europeu Leonardo da Vinci. -----

----- As parcerias com empresas de dimensão regional, Nacional e até Internacional e das quais damos nome no Voto de Louvor, permite não só criar uma rede de estágios de maior qualidade, que torna mais sólidas as competências ali ministradas e mais competitivos os diplomas e enriquecidos os currículos dos alunos que dali saem, permite ainda ter equipamentos e recursos a custo zero (0). -----

----- Bem como os projectos, dos quais no Voto de Louvor apenas ressalvamos alguns. -----

----- Depois de tudo isto ressalvar que a Escola Profissional, apesar de ser uma empresa municipal, não cruza os braços, procurando sempre mais e melhor não vivendo à custa dos fundos da Câmara, como se diz no Voto de Louvor tem uma dependência zero (0), ou se quisermos uma independência total face ao município, já que a mesma é financiada em 85% pelo Fundo Social Europeu e 15% pela Segurança Social. -----

----- Estão pois de parabéns todos os que trabalham e colaboram para o sucesso da Escola Profissional de Rio Maior, que vão desde corpos gerentes, direcção, professores, alunos e funcionários. -----

----- A todos o meu bem-haja. -----

----- Espero que com esta breve exposição tenha contribuído para a abertura de alguns espíritos e que entendam, agora, qual a importância da Escola profissional para o Concelho de Rio Maior. -----

----- Se aprovado, este voto de Louvor, deve ser dado a conhecer à Escola profissional e divulgada na Comunicação Social. “ -----

-----“ Quanto à moção do PS, já que como o Senhor Presidente bem disse a moção apresentada pela CDU será votada favoravelmente pela bancada da Coligação, quanto ao voto de louvor veremos como as restantes bancadas o votarão, os votos de pesar obviamente nada a opor, pelo contrário. Quanto à moção do PS o executivo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

agradecerá, certamente porque eu não faço parte do executivo mas estou em crer que agradecerá, as preocupações da bancada do PS relativamente à lei dos compromissos contudo este executivo tem, no meu entendimento, um grave problema que é gerir uma dívida que foi criada e acumulada ao longo de vários anos. -----

----- Pelo teor da moção e porque entendemos que a mesma tem uma má interpretação da própria lei que alega a lei dos compromissos, a bancada da Coligação irá pronunciar-se contra a mesma moção.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Seguidamente foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados nas intervenções. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Pedeu desde logo que em seguida aos seus esclarecimentos fosse dada a palavra aos restantes membros do executivo municipal para prestar os esclarecimentos nas áreas respetivas. -----

----- Esclareceu que em relação à questão do provedor do município, já colocada anteriormente pela bancada do Partido Socialista, foi efetivamente presente a reunião da câmara municipal havendo posteriormente um constrangimento, tal como foi tornado público pela comunicação social, referindo que neste momento ainda não se encontra em condições de ir novamente à reunião câmara municipal e consequentemente à assembleia municipal, onde virá a seu tempo. -----

----- No que respeita à questão do índice de construção do edifício onde será instalada a loja do cidadão, não obstante a resposta que será enviada por escrito, informou que tinham já sido enviados esclarecimentos à Mesa da Assembleia, por escrito, para remeter a outros membros da Assembleia Municipal e até mesmo à EICEL¹⁹²⁰ e que o esclarecimento a prestar será de igual teor. -----

----- Relativamente aos protocolos de delegação de competências esclareceu que foi pago na semana de 25 de junho a 28 de junho foram pagos a um conjunto de juntas de freguesia alguns dos valores em falta, quer de despesas correntes quer de capital. Referiu ainda que destas últimas existe ainda por transferir 129 330,60 euros. -----

----- Informou ainda que assumiu o compromisso com os presidentes de junta de freguesia na reunião mensal de tão breve quanto possível tentar-se-ia acelerar a conclusão do valor em dívida do protocolo de 2011 para que se possa avançar com os protocolos de delegação de competências para o ano de 2012. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Seguidamente foi dada a palavra ao Vereador Nuno Leal Santos da Veiga Malta para prestar os esclarecimentos solicitados no âmbito das suas áreas. -----

----- **Vereador Nuno Leal Santos da Veiga Malta** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu que em relação à obra do mercado municipal esta se encontra em fase de conclusão e por isso mesmo se encontram ainda andaimes no local, prevendo-se que estarão concluídas até ao dia 15 de julho. Referindo-se ao regulamento informou que existe já um projeto de regulamento, já foi colocado a consulta pública e que daí resultaram algumas propostas de alteração por parte do Veterinário Municipal, responsável pela parte sanitária e pelos vendedores do mercado, o que originou uma alteração substancial de todo o conteúdo normativo pelo que terá que ser submetido novamente à câmara municipal e a nova consulta pública.

----- Quanto à questão da publicidade admitiu que não são agradáveis à vista mas que se trata de uma realidade que sempre existiu e que não tem sido fiscalizada porque se tenta de alguma forma não imputar custos às associações e aos promotores dos eventos. Informou que deu já instruções aos serviços de fiscalização municipal para fazerem um levantamento da publicidade e panfletos existentes a fim de dos responsáveis serem notificados no sentido de regularizar a situação sob pena de serem removidos os cartazes e lhes ser imputado o valor da despesa. -----

----- Salientou ainda que será importante que numa primeira fase se faça uma ação de sensibilização e não partir de imediato para uma ação punitiva. -----

----- Seguidamente foi dada a palavra à Vereadora Sara Maria Carapito Silva Fragoso para prestar os esclarecimentos solicitados no âmbito das suas áreas. -----

----- **Vereadora Sara Maria Carapito Silva Fragoso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Relativamente às bolsas informou que o assunto ainda não está concluído porque apesar de ter sido iniciado atempadamente houve uma pessoa excluída que reclamou e que continua a levantar os mais variados obstáculos para impedir que o processo seja concluído. -----

----- No que se refere ao encerramento de escolas e jardins-de-infância e à reorganização da rede escolar disse concordar com o cenário descrito pelo Presidente de Junta de Freguesia de Malaqueijo, mas as necessidades atuais não permitem que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

assim seja já que 90% das crianças almoçam na escola o que quer dizer que passam na escola praticamente todo o dia e que as escolas precisam de ter outras condições que não as tradicionais. -----

----- Referiu ainda que o movimento de concentração e de encerramento de escolas e jardins-de-infância não veio deste Governo e as escolas vão encerrar por força da diminuição do número de alunos e para dar cumprimento ao que está plasmado na carta educativa aprovada pela DREL em termos de rede escolar. -----

----- Quanto ao centro escolar informou que a população prevista é perfeitamente saudável, tem biblioteca, tem refeitório com cozinhas, tem sala de ATL, tem espaços para as crianças brincarem, o que permite reunir as condições necessárias para o conforto das crianças e que algumas das escolas a encerrar não têm. -----

----- Seguidamente foi dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados no âmbito das suas áreas. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para clarificar algumas questões que têm vindo a ser levantadas, esclarecendo que relativamente à época oficial de incêndios que se iniciará a dia um, a situação está organizada pela colaboração entre a Câmara Municipal de Rio Maior/Proteção Civil e os Bombeiros. Referiu ainda que o contributo da Câmara Municipal é ter um autotanque e disponibilizar os equipamentos necessários para o serviço dos bombeiros e que se houver uma calamidade de grande dimensão a indicação para se pôr em prática o plano de emergência é do CDOS, não sendo responsabilidade nem da Câmara Municipal nem dos Bombeiros, conforme a hierarquia estabelecida. -----

----- Salientou também que o que efetivamente falta à Câmara Municipal de Rio Maior, desde sempre, foi não ter sido assumido a nomeação do Comandante Operacional previsto legalmente, por diversos constrangimentos, mas que isso não é determinante na forma como as ações decorrem já que este só opera em situações extremas e muito graves. -----

----- Disse também que à eventual falta de apoio que o executivo municipal possa ter tido para com as juntas de freguesia lembrou que no momento se trata de uma situação pontual já que grande parte do equipamento, cerca de 70%, se encontra parado por falta de condições de funcionamento visto a lei dos compromissos não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

permitir a autorização de despesa sem a existência dos respetivos fundos disponíveis, vendo-se a Câmara impossibilitada de efetuar as reparações necessárias. -----

----- Salientou que a autorização de despesa que tem sido feito responsabiliza quem autoriza e que pelas mesmas razões não foi igualmente aberto o concurso para aquisição de massas. -----

----- Lembrou ainda que também a drástica redução de pessoal afeto ao estaleiro leva a uma dificuldade acrescida de realizar todas as tarefas e trabalhos solicitados dada a dimensão do concelho e dos pedidos. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Pediu a palavra para, no seguimento das intervenções, salientar que é prova provada que este estrangulamento nada tem a ver com a dívida do anterior executivo municipal. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Anunciou que seriam agora votadas as moções e os votos com as alterações propostas, que serão anunciadas à medida que forem colocadas a votação (anexo 4).

----- **Voto de Louvor à Escola Profissional de Rio Maior** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Declaração de Voto do Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Nós votamos a favor do voto de louvor à Escola Profissional tal como tínhamos dito na última assembleia. Nós, não é só uma característica dos riomaiorenses, é uma característica do povo português, valorizamos pouco o bom que temos e Rio Maior não tem só bom a Escola Profissional de Rio Maior e o seu sucesso. Não sei se sabem é o concelho do país que mais atletas dá aos jogos olímpicos de Londres, sete (seis e uma suplente, Susana Feitor, que vai como convidada), e não só tem, ainda ouvimos no Plano Diretor Municipal, tem os melhores caulinos do país, tem qualidades extraordinárias que nós, nestes momentos de crise, devemos puxar para cima. Espero que proximamente possam vir outros elementos que nos animem o ego e que nos fortaleçam para a crise que aí está.” -----

----- **Voto de Pesar pelo falecimento de Adelino Jorge Carreira Ribeiro** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Lopes Goucha** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Moção Direito à Saúde no Concelho de Rio Maior** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Declaração de Voto do Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Votámos a favor e aproveitamos para lembrar a esta Assembleia que está vinculada por uma moção da CDU que a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal promovam o mais breve possível um debate público com a participação das entidades responsáveis, autarquias locais e população em geral para analisar a grave situação e propor soluções para que o direito constitucional à saúde para todos se cumpra no Concelho de Rio Maior. Já tem um ano. ” -----

----- **Moção do Partido Socialista** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **rejeitada por maioria** dos presentes com 15 votos contra, 12 votos a favor e 4 abstenções. -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- “ Passo à minha declaração de voto que declaro que foi alinhava aqui porque resultou exatamente de alguma confusão que este documento se me apresentou. E a confusão colide, foi suscitada também pelo ponto quatro da ordem de trabalhos desta assembleia para o dia de hoje. E então dada essa discordância que se estabeleceu entre mim, entre digamos um obstáculo à capacidade de requerer e ter por parte dos municípios mais a capacidade de empreendimento pelos meios financeiros que lhe sejam facultados e pela sua satisfação. -----

----- Ora o que me é dado, e a confusão surge, e eu hoje não estou particularmente nos meus dias felizes, contudo está no facto de eu também ter assistido ao debate na televisão onde efetivamente foi discutida esta retirada dessas competências e nomeadamente, para mim, foi a retirada da responsabilidade dos autarcas pela responsabilidade, pela consciência dos seus limites. O que, ao retirarem-se-lhes essa competência e essa faculdade constitui um esbater à real função dos mesmos autarcas para os compromissos assumidos por um lado e também pelos empenhamentos tomados de acordo com as circunstâncias surgidas. -----

----- Ora assim sendo, eu também não entendo, por isso mesmo, o documento que irá ser discutido a breve tempo, como é designado de pedido de autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos, os chamados compromissos plurianuais. Ora o que nós temos que verificar de facto é que me parece, e a contradição, e eu gostaria se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

alguém me pudesse responder, se efetivamente há limitação, há a proibição, há o obstáculo de o autarca, neste caso o presidente de câmara, pedir, suscitar o pedido, requerer meios financeiros para ou cobrir despesa, dívidas para a sua satisfação ou para o empreendimento de obras em mão. Eu gostaria de saber se efetivamente isso foi concluído assim. Por outro lado, se foi concluído assim eu também não compreendo, é, digamos, um abuso, e perdoar-me-á dizer que a Senhora Presidente, tendo conhecimento que é proibido, digamos, a Senhora Presidente faz um pedido desta natureza. Eu compreendo o pedido e também compreendo que “casa que não é ralhada, não é governada” e “onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão”. --

----- **Declaração de Voto do Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Eu votei a favor deste documento porque ele, numa forma muito clara tenta levantar alguns problemas que se colocam hoje ao municipalismo português, a que nós preferimos chamar poder local democrático, e de que é exemplo a intervenção do Senhor Vice-Presidente. É que isto é de tal maneira por muito bom que seja o autarca há coisas que esta lei beneficia o criminoso, ou seja, o que é que eu quero dizer, eu sei bem o que estou a dizer!, em matéria de endividamento e recurso ao crédito as autarquias que prevaricaram são beneficiadas. O facto de o endividamento global não poder ser superior ao registado em 31 de dezembro de 2011 penaliza sobretudo os municípios que não esgotaram a sua capacidade legal de endividamento em qualquer dos três níveis, quer no curto, quer no médio, quer no longo prazo, liquido. Quer dizer que a lei é feita para alguns, mas comem todos pela mesma medida, mesmo que tenha sido cumpridor. -----

----- A segunda é: esta lei é um, para as pessoas que leiam, e que não votem sem ler a lei e sem ver as implicações. O próprio Governo assume, isto é para acabar com o poder local! E hoje, os quarenta euros hoje, os quarenta amanhã, ou se responsabiliza como interesse público ou então se houver alguma dificuldade é em cima da pessoa que cai. Então eu não estou contra isso? Então quem é que é autarca e está a favor? O Cartaxo tem cinquenta e dois milhões de dívida recebem o dinheiro todo, tem cem milhões de dívida tem a dívida paga de curto, médio prazo e aqueles que ainda tentaram equilibrar a barca não podem comprar nem um pneu. Estamos a brincar com isto ou quê? Este Governo está a brincar connosco. Porquê? Porque vai chegar à conclusão, e termino, chegamos à conclusão, a população, que não é preciso poder



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

autárquico, ou seja, morram de morte natural para eles depois puderem adjudicar isto a quem lhes interessa. -----

----- Por isso é que eu voto a favor, estou de luto e vou lutar até ao limite das minhas forças para que esta política se altere, seja aqui no concelho de Rio Maior, seja em Portugal, seja na Europa.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Manuel da Silva Moreira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Nós votamos favoravelmente esta moção e que quem não votou favoravelmente esta moção terá que assumir que vive com o espartilho que a lei dos compromissos impõe porque está de acordo com ela. Porque se poderia perceber das suas palavras que politicamente podia haver uma abstenção, votar a favor significa estar de acordo com a lei dos compromissos.” -----

----- **Declaração de Voto do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Eu nunca poderia votar contra este requerimento, mas obviamente também nunca poderia votar a favor. Não poderia votar a favor porque este requerimento está eivado de ideologia na qual minimamente me não revejo. Agora reconheço que este requerimento, ou que esta moção, reflete uma preocupação com a qual eu comungo profundamente e me solidarizo, e portanto a minha única posição, neste quadro, teria que ser a abstenção.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Na sequência de algumas das declarações de voto e do seu conteúdo, chamou à atenção que as declarações de voto devem ser só e apenas declarações de voto. -----

----- Foi, neste momento, feito um minuto de silêncio pelo falecimento de Adelino Jorge Carreira Ribeiro e Mário Lopes Goucha. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção do público presente. -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo – Prestação de Contas 2011**-----

----- **LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM – Relatório e Contas 2011**-----

----- **Atividade Municipal (anexo 5)** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Solicitou esclarecimentos acerca das reuniões com a empresa Sibelco, com o Instituto Politécnico de Santarém, com o grupo Jerónimo Martins, com a empresa Miraterra e com o Instituto de Reabilitação Urbana. Solicitou também informação acerca dos transportes escolares, se foi uma candidatura feita a nível do concelho ou se foi uma candidatura feita através da CIMLT ou de outra associação. -----

----- Sobre o relatório da Sociedade de Reabilitação Urbana chamou à atenção para o documento que foi apresentado, com alguns erros, pelo facto de referir que não existiram quaisquer trabalhadores ao serviço desta sociedade no exercício de 2011 e que os órgãos sociais não são remunerados com exceção do Fiscal Único, o que considerou um exemplo notável que alguns governantes desconhecem. Disse ainda que a sua preocupação relativamente ao documento são os cenários que estão feitos e pediu que lhe fosse esclarecido se estes foram tidos em atenção, quer para Portugal, ao nível da economia mundial, ao nível de Portugal e ao nível da sociedade de 2011, porque considera que a ser verdade não haverá reabilitação urbana, esvaziando o conteúdo da sociedade. -----

----- No que respeita ao relatório da CIMLT questionou se este foi feito antes da lei dos compromissos ou depois dadas as intenções para 2012 plasmadas no documento. Referiu ainda que um relatório de prestação de contas referente a 2011 não tem que perspetivar e a responsabilizar para 2012, porque a realidade objetiva alterou-se. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Prescindiu da sua intervenção. -----

----- **Deputado Vítor António Duarte Santos** -----

----- Relativamente ao relatório da CIMLT focou que o conjunto de concelhos discriminados para prestação de serviços e outros do género, infelizmente em relação à saúde não corresponde ao nosso agrupamento de centros de saúde e disse julgar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

que para equipamentos de saúde é quase impossível haver uma coordenação entre este agrupamento e os próprios centros de saúde. -----

----- No âmbito da atividade municipal chamou à atenção para as cerimónias das Freguesias de Asseiceira e Vila da Marmeleira a quem endereçou os parabéns e solicitou esclarecimentos acerca do 39º aniversário da Escola porque não entendeu se é da Escola Superior de Desporto se foi da Escola Superior de Saúde de Santarém. ---

----- Salientou ainda a visita dos Senhores Deputados do Partido Socialista à Escola Secundária e agradeceu também a visita do Senhor Deputado da Assembleia da República da CDU ao centro de saúde de Rio Maior. -----

----- Por fim, solicitou esclarecimentos acerca da reunião com o centro de saúde. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu, no que se refere aos relatórios da CIMLT e da SRU-LT, que algumas das questões levantadas dizem respeito ao funcionamento e os procedimentos de cada uma das entidades e que estes foram seguramente aprovados antes da lei dos compromissos entrar em vigor. Disse ainda que caso os senhores deputados municipais achem necessário poderão ser remetidos por escrito os esclarecimentos que vierem a solicitar. -----

----- Esclareceu que a atividade municipal aqui apresentada é referente à agenda de todo o executivo municipal e é uma sumula daquilo que de mais importante se realizou com uma pequena explicação para melhor entendimento. -----

----- No que se refere à questão acerca da Escola Superior de Desporto informou que têm decorrido reuniões com a Secretaria de Estado do Ensino Superior, com o Instituto Politécnico e com a Escola Superior de Desporto e espera-se que o desenrolar da situação com o empreiteiro e o subempreiteiro seja favorável, já que a Câmara Municipal continua a honrar o compromisso do pagamento de um milhão de euros e tem feito todas as diligências no sentido deste processo chegue o mais rapidamente ao seu final e as novas instalações entrar em funcionamento, libertando também as instalações que agora se encontram a ocupar que representam um custo considerável assegurado pelo município e impedem o desenrolar de um projeto existente para o espaço. Arriscou ainda dizer que o ano letivo irá iniciar já nas novas instalações como é desejo de todos. -----

----- No que respeita ao concurso dos transportes escolares foi um concurso lançado pela Câmara Municipal pelo facto de não se poder estar a aguardar que os outros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

municípios decidissem, cumprindo assim o calendário para que tudo esteja preparado aquando do início do ano letivo. -----

----- Informou ainda que o concurso das refeições, esse sim, foi através da CIMLT. ----

----- Esclareceu que a reunião na CIMLT com o IHRU consistiu na explicação de um conjunto de medidas pelo representante do instituto e também na recolha de alguns contributos por parte dos municípios e da CIMLT para o que poderá surgir em termos de fundos comunitários para a regeneração e reabilitação urbana. -----

----- Quanto à não renumeração dos órgãos sociais da SRU-LT clarificou que estes são constituídos pelos presidentes de câmara e decorre do quadro legal atual a não renumeração destes cargos. -----

----- Esclareceu que o aniversário foi efetivamente da Escola Superior de Saúde de Santarém. -----

----- Seguidamente foi dada a palavra ao Vereador Nuno Leal Santos da Veiga Malta para prestar os esclarecimentos solicitados no âmbito da sua atividade municipal. -----

----- **Vereador Nuno Leal Santos da Veiga Malta** -----

----- Esclareceu que a reunião no centro de saúde teve como motivo a promoção de ações de sensibilização com os agrupamentos de escolas, os bombeiros e outras entidades para os perigos da exposição solar, especialmente nas ocupações e atividades de crianças. -----

----- Seguidamente foi dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados no âmbito da sua atividade municipal. -----

----- **Vice - Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Informou que a reunião com a empresa Sibelco foi para monitorização do andamento dos procedimentos para a execução da estrada de ligação entre a EN114 e a estrada da Azinheira, designadamente a integração em sede de revisão do PDM do traçado em causa. -----

----- Explicou que a reunião havida com o grupo Jerónimo Martins consistiu na avaliação da hipótese de o Pingo Doce vir a fazer um acesso à rotunda do mineiro e simultaneamente haver um acordo de permuta de terrenos entre aquele grupo e a SONAE para o acesso. Referiu ainda que a realização deste acesso, tecnicamente, é aceitável. -----

----- Acerca da reunião com a empresa Miraterra, que anda a fazer a obra da Rua Mouzinho de Albuquerque, informou que foi uma reunião de trabalho para se aferir algumas situações de obra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO -----

----- **Ponto I – Eleição de delegado do Município para participação no XX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (Extraordinário) – Presidente de Junta de Freguesia e seu suplente;** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal apresentou as listas A e B do Partido Socialista e da Coligação Juntos pelo Futuro, respetivamente (anexo 6). -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Interveio para dizer que a razão pela qual apresentaram uma lista distinta se deve à forma como está a ser tratada a questão do ordenamento do território e ao facto de o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior ter feito aprovar na Assembleia de Freguesia uma proposta que reduz, ou que propõe que se reduzam as freguesias para cinco. Afirmou que nunca a bancada do PS podiam aceitar que fosse como representante desta assembleia um presidente que pretende que efetivamente as freguesias sejam reduzidas no concelho, posição contra a qual são radicalmente contra. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Interveio para se defender da acusação de que foi alvo dizendo que o que foi emitido pela Assembleia de Freguesia foi um parecer, conforme prevê a lei, parecer esse que foi proposto pela bancada da Coligação Juntos pelo Futuro da Assembleia de Freguesia, aprovado pela mesma com três votos favoráveis do Partido Socialista e uma abstenção. -----

----- Disse ainda que neste sentido não reconhece legitimidade ao Deputado António Manuel da Silva Moreira para vir aqui lesar a sua pessoa, num momento em que o assunto levantado nem sequer está a ser discutido. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Disse que o exercício da democracia é feito de divergências e que qualquer pessoa aqui tem o direito de manifestar a sua opinião, desde que não seja ofensiva. E repetiu que o Partido Socialista é radicalmente contra a diminuição do número de freguesias no concelho de Rio Maior e considerou que, por isso, não pode permitir que a assembleia eleja um representante de uma freguesia quer faz aprovar uma proposta para o concelho que reduz de 14 para 5 as freguesias. -----

----- Disse ainda não ter nenhum *quid pro quo* com o Presidente de Junta da Freguesia de Rio Maior e que as questões dos membros da Assembleia que são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

eleitos pelos munícipes e não têm nenhuma obrigatoriedade de voto, salientando que os votos que aprovaram o parecer não são assunto de discussão e que considera que quem eleger o Presidente de Junta de Rio Maior como representante terá que perceber, ou deve perceber, que essa pessoa entende que a melhor solução para o ordenamento do território de Rio Maior é 5 freguesias. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Relembrou que o parecer que vem a esta Assembleia é um parecer emitido pela Assembleia de Freguesia de Rio Maior e que cabe ao seu presidente, obrigado pela lei, defender e apresentar as propostas que são apresentadas em assembleia. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Disse que aceitou o convite para pertencer a uma lista porque a Associação Nacional de Municípios tem dois lugares na comissão da Assembleia da República e que tudo fará, se for eleito, para impedir que a Associação Nacional de Municípios faça parte dessa comissão liquidatária. -----

----- Efetuada a votação por sufrágio secreto, recolhidos e contados os votos **foi eleita a Lista B** com 20 votos contra 10 votos da Lista A (anexo 7). -----

----- **Ponto II – LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM – alteração de estatutos** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Referiu que não se percebe bem que, sendo uma imposição da inspeção geral de finanças, esta empresa do tipo local passe a ser uma sociedade anónima. Questionou se isto significa que se já havia pouco controlo por parte da Câmara Municipal e dos órgãos municipais agora ainda vai ser menor. Disse questionar porque se trata de transformar uma sociedade do setor empresarial local numa sociedade anónima que afirma reger-se por outro enquadramento legal totalmente diferente e se esta ação não será para “fugir” à lei dos compromissos. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Explicou que esta alteração aos estatutos foi colocada a todos os municípios por imposição da inspeção geral de finanças à SRU-LT, que inclusive enviou a respetiva minuta das alterações. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira -----

----- Concretizou dizendo que isto resulta de um parecer da inspeção geral de finanças mas que depois o que se verifica é que deixa de ser uma empresa do tipo municipal/local para a qual o Governo fez um pacote relativamente à extinção/criação de mais empresas e que assim sendo a questão que coloca é se isto não é uma forma de fugir ao controlo social e democrático de forma direta. -----

----- Presidente da Câmara Municipal -----

----- Esclareceu que toda a atividade da empresa, tal como consta dos estatutos no seu artigo 1º, se mantém igual e que a DGF como entidade fiscalizadora é que impõe esta alteração. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal -----

----- Disse compreender se o esclarecimento não bastar mas que no momento a Senhora Presidente não tem mais informação disponível para prestar a informação solicitada e que se entender poderá colocar a questão por escrito e que está será endossada à Câmara Municipal para os esclarecimentos necessários pelos serviços competentes. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 27 votos a favor e 3 abstenções. -----

----- Ponto III – Procedimentos concursais – autorização de continuidade -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira -----

----- Considerou ser um ato de inteligência salvaguardar os princípios e garantir que se vai criar 12 postos de trabalho dos 700 candidatos que houve. Considera que isto pode ser também uma marca impressiva da política da Câmara Municipal, nomeadamente em relação às necessidades de pessoal porque lhe parece que destes só um operário entra para a Câmara. -----

----- Indicou o sentido de voto favorável mas gostaria de saber quantos postos de trabalho são para o estaleiro. -----

----- Presidente da Câmara Municipal -----

----- Esclareceu que a informação consta dos documentos: os lugares, as categorias, as unidades onde é o posto de trabalho, etc.. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Seguidamente foi dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal para prestar os mais alguns esclarecimentos sobre a matéria. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Disse que a lei, como é do conhecimento geral, criou as diversas categorias de pessoal e que nas diversas unidades são criados os lugares necessários depois preenchidos por quem entrar. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto IV – Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos – compromissos plurianuais** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Disse tratar-se de um dos reflexos da lei dos compromissos que vai obrigar a muitas mais coisas, ainda mais graves do que esta. -----

----- Pediu esclarecimento acerca do ponto 3 dos documentos onde diz que a Câmara Municipal poderá delegar na Presidente da Câmara a assunção de compromissos plurianuais relativo às despesas de funcionamento, de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotados da rubrica da despesa prevista no orçamento e até ao montante permitido por lei, e ao facto de junto se anexar uma listagem de projetos sem a indicação de quais são aqueles que estão nessas condições. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Disse ser um dos pontos em que o sentido de voto será a abstenção que julga que deveria ser o sentido de voto generalizado, no entanto, verificando que esta maioria entende fazer as coisas de outra forma, disse não ir a bancada do PS obstaculizar esse exercício dessa política, mas considera que isto exigia um critério mais fino para decidir quais eram as obras que deviam estar na lei dos compromissos.

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Pediu que fosse dada a palavra ao Chefe de Unidade Financeira, Contabilidade, Aprovisionamento e Património para prestar os esclarecimentos sobre a matéria. -----

----- **Chefe de Unidade Financeira, Contabilidade, Aprovisionamento e Património** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Informou que todos os projetos que constam da lista apresentada fazem já parte das grandes opções do plano que foram aprovadas pela Assembleia e pela Câmara. --

----- Referiu que, no entanto, como a lei dos compromissos predomina sobre todas as outras, disse que por uma questão de precaução vem agora novamente o pedido à Assembleia Municipal, ficando com a obrigação trimestral de que todos os contratos que forem feitos em função da competência da Presidente da Câmara serão remetidos a este órgão para conhecimento. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 26 votos a favor e 3 abstenções. -----

----- Ponto V – Doação de prédio urbano à Junta de Freguesia de Outeiro da Cortiçada -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Presidente da Junta de Freguesia do Outeiro da Cortiçada -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Considerou ser dia de celebração para a freguesia de Outeiro da Cortiçada com esta doação do terreno contíguo à junta de freguesia pela Câmara Municipal que era um desejo com cerca de 20 anos de alguns habitantes. Disse ainda que quando se refere a apenas alguns se deve ao facto de os restantes estarem na convicção que o terreno era já propriedade da junta de freguesia, já que foi essa a ideia que o executivo municipal da altura deixou transparecer aos outeirenses aquando do negócio de aquisição desse mesmo terreno. -----

----- Salientou ainda que felizmente para as freguesias deste concelho o atual executivo teve a coragem de assumir uma opção política que serve verdadeiramente os interesses das freguesias e das suas populações. Disse também que a entrega por doação de espaços que poderão ser rentabilizados e otimizados através da sua gestão de proximidade. -----

----- Evidenciou ainda a celeridade dos serviços municipais em todo o processo que conduziu à apresentação deste ponto nesta sessão da Assembleia Municipal e felicitou o responsável pela área do património. -----

----- Informou que na altura da votação do ponto irá abandonar a sala para evitar qualquer dúvida que possa ser suscitada *a posteriori*, com a crença que toda a Assembleia votará favoravelmente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Afirmou estar duplamente satisfeito com este procedimento porque é o reconhecimento do pedido de um colega de uma junta de freguesia e é intrinsecamente o reconhecimento da importância das freguesias em detrimento do que encerra a natureza da reorganização administrativa territorial. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto VI – Projeto de regulamento de funcionamento do parque de estacionamento coberto da Rua Mouzinho de Albuquerque e Travessa do Açougue na cidade de Rio Maior (Parque do Rossio) – aprovação** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável e congratulou-se por esta “emenda de mão” porque considerou que de facto o estacionamento coberto tem todo o sentido ser taxado mas que a primeira proposta era indicada para uma grande cidade e não para uma cidade com a dimensão de Rio Maior. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Indicou o sentido de voto como desfavorável porque disse tratar-se de uma candidatura e se trata de dinheiro europeu e português e ressaltou uma outra questão que considera importante que é a construção de equipamentos sem verificar as necessidades reais das populações como é exemplo o parque do Rossio que como está dimensionado não corresponde a uma necessidade prioritária da população. -----

----- Disse ainda que por sentir que as alternativas ali naquele espaço não são tantas que nos possamos dar ao luxo de estar a cobrar sobre um estacionamento daquele que é o maior contribuinte líquido para os impostos em Portugal, que são os possuidores de automóveis. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria dos presentes** com 24 votos a favor, 1 voto contra e 2 abstenções. -----

----- **Ponto VII – Projeto de regulamento de funcionamento do parque de estacionamento subterrâneo da Rua 5 de Outubro e Largo Aires de Sá na cidade de Rio Maior (Parque do Cineteatro) – aprovação** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Reforçou a intenção de voto desfavorável porque para além de servir os funcionários da Câmara, para além de dar acesso ao cineteatro e às iniciativas culturais, embora esteja fechado na altura em que poderia ser mais rentável. -----

----- Referiu mais uma vez que já são pagos impostos suficientes e que não existe alternativa o que por si só deveria ser suficiente para a não aplicação desta taxa. -----

----- Disse continuar a votar sozinho e considerou que haverá o tempo em que irá verificar a sua razão, porque se não fosse parque pago utilizava-se e assim vai deteriorar-se pela não utilização e não se vai rentabilizar. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria dos presentes** com 26 votos a favor, 1 voto contra e 2 abstenções. -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Informou que nos termos da lei da reorganização administrativa esta Assembleia Municipal terá que fazer a sua pronúncia e que nos termos da sua leitura da mesma o prazo para a entrega da dita pronúncia na Assembleia da República é o dia 28 de agosto e que assim sendo a sessão da assembleia terá que ocorrer necessariamente durante o mês de agosto já que dificilmente em julho se conseguirá reunir todos os pareceres. -----

----- Disse ainda que é um assunto deveras importante e que deve ser muito bem ponderado por todos e que a Assembleia será convocada e espera que haja uma expressiva votação seja num sentido seja noutro, mas que fique claramente expressa a vontade desta assembleia enquanto autarcas relativamente a este assunto. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Pediu a palavra apenas para dizer que é entendimento da Assembleia da República que decorre do artigo 20º da lei que a contagem do tempo é nos termos do código do processo civil, prolongando-se, por isso, até 15 de outubro. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Esclareceu que o código do processo civil tem várias formas de contagem de prazos e que a sua leitura é aquela que referiu, sendo que se for transmitida uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

leitura oficial e formal diferente desta será acatada. Reforçou que de acordo com a sua leitura o prazo termina a 28 de agosto e como tal terá que ser convocada uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para o efeito. -----

----- ENCERRAMENTO -----

----- Quando eram vinte e duas horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- O PRESIDENTE DA MESA: _____

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO: _____

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO: _____